

Oradores da Constituinte derrotam plano por 6 a 1

17 JUN 1987

CORREIO BRAZILENSE

○ Plano Bresser — reedição com modificações do congelamento do Cruzado — perdeu de 6 x 1 na primeira sessão da Constituinte após sua divulgação. E o placar acabou conferindo certo tom de ironia ao único orador que dispôs a defendê-lo, o 1º vice-presidente da Assembléia Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB/CE), para quem o Novo Cruzado vai dar certo “com a solidariedade das forças partidárias e de todos os segmentos da sociedade civil”.

Se o Governo depender dessa solidariedade para viabilizá-lo, a sessão de ontem mostrou, no mínimo, que será difícil. A menos que o senador Mauro Benevides tenha se referido exclusivamente aos partidos da Aliança Democrática, PMDB e PFL, ao falar das “forças partidárias”. Afinal, o mérito de não receber críticas da base de sustentação do Governo, o Plano Bresser teve, embora o apoio do vice-presidente da Constituinte tenha sido isolado.

Até o presidente nacional do PT, deputado Luiz Ignácio Lula da Silva, que anunciou a semana passada que se distanciaria da Constituinte, passando a desenvolver uma campanha de rua para influir em seus destinos, voltou ao plenário, argumentando que não poderia calar-

se quando se comete um golpe contra o trabalhador. Ele disse que o salário mínimo de junho, com o gatilho, é menor do que o de 1951, depois de oito anos de congelamento.

Observou ainda o deputado, que o custo de vida de junho, estimado em cerca de 30%, não será computado nos salários dos trabalhadores mas não deixará de ser considerado nas contas das empregadoras. O Governo, segundo ele, optou por levar a classe trabalhadora ao menor sacrifício a que já esteve submetida na história do País, para “encher a pança dos banqueiros internacionais”.

Como em todos os seus pronunciamentos tem cobrado do presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, uma coerência entre a pregação do seu partido e a ação governamental, Lula disse a ele ontem que a cada discurso “deposito em suas mãos um pouco do destino do País”. Atenção, Ulysses o ouviu dizer ainda que se o PMDB não tomar uma posição já: como partido majoritário, “Não haverá povo para estar subordinado à nova Constituição, porque já terá morrido de fome”.

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que antes de assumir o cargo já havia sido convocado para explicar suas metas ao plenário da Câmara, foi

reconvocado pelo presidente do PT e pelo deputado Victor Faccioni (PDS/RS), autor de um dos requerimentos apresentados à primeira notícia da queda de Dilson Funaro, para que o novo ministro, se submetesse a uma sabatina dos deputados.

As principais críticas ao Plano Bresser são de que impõe um arrocho salarial jamais existente na história brasileira, leva à recessão e é entreguista, na medida em que atende à orientação do FMI. O primeiro orador da sessão, Gerson Peres (PDS/PA), disse que o plano também carece de credibilidade e mostrou ao plenário um telex do ministro da Fazenda defendendo o gatilho salarial extinto agora.

“Somente o tempo irá definir o sucesso ou não do novo pacote”, afirmou cautelosa a deputada Moema São Thiago (PDT/CE), autora de violento discurso contra o presidente do seu partido e principal crítico do Plano Cruzado, o ex-governador Leonel Brizola. Ela frisou, contudo, que mais uma vez o trabalhador sai prejudicado. “O que se denota é que o Governo teve como princípio básico atender aos reclamos do FMI”, acrescentou de forma mais direta o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro.